



O Barnabé

Campanha Salarial 2019

Mais uma vez alguns querem apenas tumultuar

São sempre os mesmos e eles queriam tudo, menos debater as propostas e reivindicações da campanha salarial.

Com discriminação, palavrões e ameaças não queriam construir nada apenas insultar quem está tentando e fazendo acontecer no sindicato. Onde estavam essas pessoas desde do ano passado? Ahhh, estavam criticando, mas nada fazendo. Ser estilingue é fácil, queremos ver construir. Só não sabemos a serviço de quem estão, quais os interesses, porque trabalhar em defesa do servidor é certeza que não é.

Mas isso não resolve, o que resolve é organizar a campanha salarial e isso está sendo feito. Como os mais experientes sempre dizem, os cães latem e a carruagem passa.

Agora precisamos de sua participação, de sua opinião, por isso estaremos realizando uma consulta para saber o real desejo da maioria dos servidores e servidoras. Será você se manifestando que dará força na hora de sentar na mesa com o patronal. Detalhes em matéria própria na página 3.

Como o nosso presidente Márcio Cardona afirma, ele não abre mão da reposição da inflação, de reajuste real nos

salários e de aumento no vale alimentação. Estas três premissas é o que vão nortear nossa campanha.

Nesta edição vamos apresentar um resumo do estudo feito pelo DIEESE, a palestra do supervisor técnico Vitor Pagani sobre as análises do instituto. Ele deixou claro que temos que ser técnicos e pacientes nas negociações, verdadeiros estrategistas, porque o poder executivo vai querer usar os números para travar a campanha salarial. Também estaremos apresentando os problemas da reforma da previdência apresentada pelo Governo Federal e que poderá a qualquer instante ser votada na Câmara dos Deputados, reafirmamos mais uma vez que somos totalmente contrários a esta reforma proposta.

Servidores e Servidoras de Jundiaí, apenas com participação e luta conseguiremos avançar e você é parte fundamental nisso, não deixe que um pequeno grupo de fanfarrões, que se orgulha da sua própria coragem e valentia, ostentando um comportamento que não possui na realidade prejudique nossa Campanha Salarial, todas as informações reais são através do Facebook do sindicato, nosso whatsapp e do jornal "O Barnabé".

Aguardamos todos na consulta sobre a Campanha Salarial.



"Não abriremos mão de jeito nenhum do INPC acumulado na reposição; do aumento real nos salários e de reajuste no vale alimentação"

Marcio Cardona, presidente do Sindserjun

2 O Barnabé

DIEESE apresentou estudo sobre o orçamento de Jundiaí no dia 22

O que é o DIEESE? O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos trabalhadores

O supervisor técnico Vitor Pagani esteve na cidade e apresentou o estudo sobre a Lei Orçamentaria Anual de 2019, que foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. Todos os indicadores são de órgãos oficiais.

A seguir estaremos apresentando as telas da apresentação e alguns dos comentários que foram feitos.

Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) 3º quadrimestre/2018

- Considerando os limites da LRF para o Poder Executivo Municipal: máximo de 54% e prudencial de 51,3%.
- O município de Jundiaí não ultrapassou nem o limite prudencial, nem o limite máximo fiscal nos últimos quatro quadrimestres.



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Ministério do Planejamento

Esse é o nosso maior problema e a principal desculpa das administrações municipais, os limites impostos pela Lei de responsabilidade Fiscal. Apesar de Jundiaí não ultrapassar os limites nos últimos 4 anos, a Despesa Total com Pessoal (DTP) está muito próximo (45,1%). A pergunta que se faz é: Quanto a cidade deixará de receber em convênios com Estado e a União se atingir os limites? Como o Ministério Público vai agir caso ultrapasse esses mesmos limites? O limite prudencial é de 51,3% da arrecadação enquanto que o DTP já está em 45,1%.

LOA 2019 - Jundiaí

Previsão dos Limites Orçamentários com Pessoal - 2019

- Na previsão estipulada para 2019 com Despesas de Pessoal e Encargos Sociais do Executivo, está previsto aumento nominal de 6,6% em relação à despesa inicial fixada para 2018.

- Considerando o patamar indicado para a Receita Corrente Líquida (RCL) em 2019, de R\$ 2,04 bilhões, a relação entre a Receita e as Despesas com Pessoal foi orçada em 46,04% para o atual exercício – distante dos limites prudencial e máximo.

Especificação	Total 2018 (R\$)	Total 2019 (R\$)	Variação 2018/2019
Total Pessoal e Encargos	880.654.000	938.978.800	6,6%
Comprometimento sobre a Receita Corrente Líquida (RCL)			
Receita Corrente Líquida (RCL)*	1.838.019.400	2.039.374.800	
RCL / Despesa com Pessoal	48,49%	46,04%	
Limite Máximo	54,00%	54,00%	
Limite Prudencial	51,30%	51,30%	

Projeção da RCL: +5,3%

Fonte: Prefeitura de Jundiaí - LOA 2019 e 2018

Em uma rápida análise de Jundiaí, a cidade está entre as 20 mais ricas do País e em 7º lugar do Estado de São Paulo. Destaque que de acordo com o RAIS/2017, do extinto Ministério do Trabalho, em 2017, 8.328 trabalhadores estavam lotados na Administração Pública Municipal, isso é, 5,1% dos empregos formais. Em seguida entramos na famosa LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e nessa tela o que nos interessa é Despesa Total com Pessoal (DTP) na administração municipal, onde o aumento nominal é de 5,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Continuando na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) encontramos a Receita Corrente Líquida (RCL), que nada mais é do que o crescimento da arrecadação do município. Na RCL o crescimento nominal é 5,7%, muito próximo da DTP. Pode-se se dizer que a atual administração trabalha sempre com o reajuste aos servidores de acordo com o crescimento de arrecadação do município.

Agora o estudo está na LOA 2019, Lei Orçamentaria Anual, onde se prevê a arrecadação da administração direta e indireta, onde foi previsto um crescimento na faixa de 4,8 a 5%. Na LOA 2019 está previsto um aumento nominal de 6,6% com Despesas de Pessoal mais Encargos Sociais do Executivo, em relação a despesa inicial fixada em 2018. A projeção de crescimento na Receita Corrente Líquida (RCL) com despesa com pessoal é de 5,3%.



Indicadores de Negociação - Inflação

Estimativa de inflação para a data-base: maio/2019

Mês	Índice	
	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
mai/18	0.43%	0.40%
jun/18	1.43%	1.26%
jul/18	0.25%	0.33%
ago/18	0.00%	-0.09%
set/18	0.30%	0.48%
out/18	0.40%	0.45%
nov/18	-0.25%	-0.21%
dez/18	0.14%	0.16%
jan/19	0.36%	0.32%
fev/19	0.54%	0.43%
mar/19	0.33%	0.37%
abr/19	0.39%	0.39%
Acumulado do período	4.39%	4.39%

Fonte: IBGE, Banco do Brasil
Simulação inflacionária, Fonte: Banco Central

Como é tradição no nosso sindicato, é reivindicado a reposição de inflação pelo INPC/IBGE, a previsão é de 4,39%. Faltam fechar os meses de março e abril e aí teremos o total oficial, mas independentemente do valor, a servidora e o servidor tem que saber que o Sindserjun não abre mão da reposição integral da inflação e de aumento real nos salários.

Para concluir, depois da excelente apresentação do estudo do orçamento de Jundiaí, que teremos uma campanha duríssima este ano, estamos muito próximos dos limites da LRF mas não podemos aceitar essa desculpa. Sabemos da falta de muitos servidores em várias áreas e sobrecarrega ainda mais os atuais concursados, que novos concursos são necessários. Precisamos nos unir e avançar em nossos direitos. Prometemos profissionalismo na campanha e ele estará, inclusive, nas mesas de negociações com a presença de técnicos do DIEESE e o departamento jurídico. Agora é com a gente, precisamos participar da consulta e dar nossas opiniões, precisamos deixar as picuinhas e jogos de interesses de lado e buscar o melhor para o servidor e a servidora.

Consulta as servidoras e aos servidores

Se o servidor não vai até a assembleia, a assembleia vai até o servidor

A correria do dia a dia, as inseguranças em todas as áreas, as dificuldades, etc. tudo pode ser usado, mas precisamos ouvir o que você realmente deseja.

Por este motivo, estaremos no dia 28, quinta feira, realizando uma consulta para ouvir a sua voz.

Como participar? Ser Servidor Público Municipal de Jundiaí, apresentar a funcional ou holerite, seguir até a mesa de coleta e manifestar a sua opinião. Todos tem direito, independentemente de ser sócio ou não do sindicato.

Locais onde terão as Urnas? Colocaremos algumas urnas nos principais pontos de concentração de servidores, serão eles: Sede do Sindserjun, Paço Municipal, Argos, GM e algumas urnas itinerantes.

Indicadores de Negociação

Balanco dos Reajustes Salariais (resultados preliminares)

Cerca de 58% dos reajustes salariais estabelecidos em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho no 2º semestre de 2018 foram corrigidos acima da inflação. Mesmo parciais, os dados mostram piora em relação às negociações realizadas no primeiro semestre do ano, quando 80,4% conquistaram aumentos acima do INPC.

Data-Base	Acima do INPC %	Igual ao INPC %	Abaixo do INPC %	Variação Real Média	Total nº
2º semestre	80,4	18,7	1,9	0,89%	18.658
Jan	67,9	16,5	15,6	0,74%	2.661
Fev	86,2	9,8	4,8	0,62%	807
Mar	82,0	14,6	3,5	0,50%	1.758
Abr	77,5	13,0	9,4	1,00%	774
Mai	83,3	14,3	2,4	1,02%	5.657
Jun	88,5	7,7	5,7	1,12%	1.361
2º semestre	57,9	22,3	19,8	0,87%	4.489
Jul	40,6	16,6	38,8	0,30%	807
Ago	52,4	27,1	20,6	0,24%	510
Set	62,7	15,8	21,9	0,47%	1.371
Out	79,6	14,3	13,0	0,28%	719
Nov	48,7	40,8	10,5	0,39%	1.005
Dez	71,4	18,2	10,6	0,62%	77
Total - 2018	74,6	16,9	9,4	0,86%	17.547

Fonte: Estatísticas - DIEESE, Simulação: SIND - 2019

Para terminar, o DIEESE apresentou os reajustes na empresas privadas estabelecidos em Convenções Coletivas de Trabalho. É triste, mas é a realidade, no segundo semestre apenas 58% dos trabalhadores conquistaram algum aumento real e como foi falado na apresentação, a grande maioria foi de arredondamento, por exemplo, a inflação era 2,7% arredondava para 3%.

Reforma da Previdência de Bolsonaro não poupa servidores públicos e professores

Segundo governo atual, servidores públicos são todos privilegiados e se aposentam com vencimentos muito maiores

A Reforma da Previdência tem sido um dos assuntos mais pautados do novo governo. A proposta foi apresentada ao Congresso Nacional no dia 20 de fevereiro, e desde então não parou de gerar burburinhos, principalmente entre as classes que sofrerão maiores mudanças.

O Governo Federal argumenta que há um déficit previdenciário, justificativa questionada por entidades, parlamentares e até contestadas levando em consideração informações divulgadas por outros órgãos governamentais. Neste sentido, A Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota afirmando não ser possível “encaminhar solução de assunto tão complexo com informações inseguras, desconstruídas e contraditórias”.

O presidente salienta que o país economizará R\$ 1,165 trilhão de reais em dez anos. Tal feito tirará dinheiro do bolso de mais de 35 milhões de brasileiros, como servidores públicos, trabalhadores da iniciativa privada, rurais e idosos.

Dentre os maiores afetados estão os servidores públicos, que terão idade mínima de aposentadoria igualada à dos trabalhadores do setor privado: 62 anos para mulheres e 65 para homens. O tempo mínimo de contribuição será de 25 anos, sendo 10 no serviço público, e 5 no cargo.

Para servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2003, a integralidade da aposentadoria será mantida para quem se aposentar aos 65 anos (homens) ou 62 (mulheres). Para quem ingressou após 2003, o critério para o cálculo do benefício é igual ao do INSS.

Segundo apontamentos feitos em cartilha da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), escrita pela presidente do sindicato Maria Izabel Azevedo Noronha, para convencer a população de que a reforma é boa, o governo atual afirma que os servidores públicos são todos privilegiados e que se aposentam com vencimentos muito superiores aos trabalhadores em geral.

Fato enganoso, pois a grande maioria dos servidores públicos recebe salários em torno de R\$ 3 a 4 mil mensais no final da carreira e parte disso não entra no cálculo da aposentadoria por serem gratificações.

Na mesma lista, os professores também sentirão as mudanças. Na proposta está previsto que poderão se aposentar a partir dos 60 anos, porém, com tempo mínimo de contribuição de 30 anos. Para os de Regime Próprio (servidores), será preciso ainda 10 anos no serviço público, e 5 no cargo.

Mas passando por um filtro, com o empate da idade mínima de aposentadoria de professores e professoras, segundo a advogada e coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato Nacional dos Aposentados e Idosos (Sindnapi/ Força Sindical), Tonia Galetti, o que o governo quer é reforçar desigualdade, o contrário do que assegura a Constituição.

Galetti ainda afirma que o país está vivendo um momento de

regressão dos direitos da mulher: "Não há muito o que se comemorar neste 8 de março. As agressões às mulheres crescem. Vemos escorrer pelos dedos as chances de igualdade".

"O governo brinca com fogo. Se a economia for muito abaixo do R\$ 1 trilhão esperado para a próxima década, o País estará em apuros."

Diz o ex-diretor do Banco Central, **Alexandre Schwartzman**



"Ela foi feita puramente por economistas, foi focada no critério econômico"

Analisa a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), **Adriane Bramante**



"Apenas uma minoria elitizada continuará a conseguir a aposentadoria"

Diz o advogado especialista em direito previdenciário, **Erick Magalhães**



"São regras muito duras e que atingem em cheio 30 milhões de brasileiros que dependem diretamente desses benefícios para sua sobrevivência e de sua família"

Disse a economista **Denise Gentil**, professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) especializada em contas públicas e Previdência.